

Governo estuda demarcação de quilombos

■ Brasil tem cerca de 100 núcleos de descendentes de escravos, que passaram a ter direito às terras com a Constituição de 1988

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — Trezentos anos depois da morte de Zumbi, líder do movimento negro do Quilombo de Palmares, o governo começa a discutir a situação dos núcleos rurais onde vivem populações remanescentes de quilombos, para demarcar essas terras. Existem grupos já identificados vivendo no interior do Pará, no meio da Floresta Amazônica e outros espalhados por vários municípios do Maranhão, Sergipe, Bahia, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Os descendentes dos escravos que fugiram e criaram núcleos independentes, ainda na época colonial, já não falam as línguas de seus antepassados africanos e muitos perderam as referências históricas. A maioria sequer sabe que o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 garante aos descendentes dos fundadores dos quilombos a posse da terra.

A situação vem sendo acompanhada pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, que promoveu esta semana, em Brasília, o 1º Seminário Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos. No encontro, apareceram representantes de comunidades que ainda não conheciam o movimento, e quase todos levaram a mesma preocupação: o quadro de indefinição fundiária das áreas onde vivem. O trabalho é complexo, admite o presidente da Fundação Palmares, Joel Rufino dos Santos. "Queremos tirar o negro do plano de minoria e dar um caráter nacional a esta luta, onde a questão da terra aparece como ponto decisivo", explica. Santos, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que a fundação ainda não tem um quadro nacional com a população e o total de áreas ocupadas por núcleos remanescentes de quilombos, mas sabe que eles — cerca de 100 — estão espalhados por todo o país.

Palmares — "O trabalho esbarra em dificuldades, inclusive porque existe o mito dos chamados quilombos heróicos, como o de Palmares, que sempre foram os únicos lembrados. Na verdade cada quilombo teve uma história diferente. Existiram desde grandes núcleos de resistência a agrupamentos que, mesmo na época, mantinham-se inseridos no contexto social e econômico, sem sofrerem grandes pressões", explica o presidente da Fundação Palmares. Desses núcleos, sobrevivem até hoje comunidades que são reconhecidas como descendentes dos negros de quilombos. E são estes grupos que a Constituição protege.

O advogado Dimas Salustiano da Silva, que coordenou o trabalho de levantamento dos remanescentes de quilombos no Maranhão, diz que a situação jurídica das terras dos antigos quilombos varia de acordo com o caso. Foram encontradas terras doadas pelo estado como prêmio por prestação de serviços, como a construção de estradas, e concessões feitas a algumas comunidades como recompensa pela participação em guerras. Outras nunca foram regularizadas. Tipificar um antigo quilombo também é difícil, já que a legislação do estado de 1877 identificava como quilombo todo local com "mais de dois negros amocambados".

Até agora, nenhuma comunidade negra remanescente de quilombo recebeu título definitivo de terra com base na Constituição de 88. Muitas, no entanto, estão bem organizadas, como a de Frechal, no Maranhão. "O assunto é novo e estamos discutindo critérios que irão pautar as ações", explica Dimas Salustiano. O título deverá ser emitido em nome de pessoas jurídicas representando as comunidades. Para delimitar as terras, serão usados critérios de auto-definição e de reconhecimento da área como de origem de quilombo pela população vizinha. "A ocupação fica bem caracterizada, pois essas terras em geral são identificadas como "terras de preto", "mocambos" ou "quilombos", explica o advogado.

Lembranças — João Rodrigues Couto, que vive no antigo quilombo de Mucambo, em Sergipe, contou no encontro que sabe muito pouco sobre a história dos seus antepassados. "Sei pouca coisa do passado, mas o velho Josias, de 102 anos, conta como foi a fuga do cativo e dos negros que mais tarde foram para lá, depois que as fazendas de cana dos vizinhos se arruinaram. Nas festas, a gente ainda canta o *Samba do Coco*, que foi passado de geração para geração", afirma Couto.

Algumas comunidades, até pouco tempo, viviam praticamente isoladas, como os Calungas, de Goiás. Em suas terras só se chegava em lombo de burro depois de algumas horas de viagem. A geração mais jovem, no entanto, começa a manter contato permanente com a sociedade e os descendentes dos antigos escravos de Goiás agora já elegem uma vereadora, Ester, que em Brasília exigia a demarcação da terra dos Calungas, ameaçada pela Hidrelétrica de Serra da Mesa.



Os Rosa, família descendente de escravos, não aceitam imposições: querem comemorar a Abolição em maio, e não o Dia da Consciência Negra

Pedaços da África no Brasil

BRASÍLIA — Mapear os locais onde vivem comunidades remanescentes de quilombos no país tem sido um trabalho lento. As informações vão sendo armazenadas pela Fundação Palmares, mas até agora somente o estado do Maranhão conta com um trabalho abrangente sobre estas populações rurais. Em todo o Brasil, foram localizadas quatrocentas e uma comunidades negras e, desse total, cem podem ser designadas como remanescentes de quilombos, explica o professor Dimas Salustiano da Silva, que vem se dedicando ao estudo dos direitos assegurados às populações negras. "As situações vividas por estes grupos espalhados

por vários estados são diferenciadas, mas, em geral, todos enfrentam um problema comum: a ameaça de perderem suas terras", assinala.

É o caso das comunidades que foram localizadas na Bacia do Rio Trombetas, em 1989, no norte do estado do Pará, município de Oriximiná, que estão enfrentando a invasão de empresas mineradoras, fazendeiros e madeireiros. Além disso, entram em confronto com funcionários do Ibama que cuidam da Reserva Biológica do Trombetas, que fica na região que foi ocupada pelos antigos escravos.

Os escravos, numa rota de fuga que pode ter acontecido através do

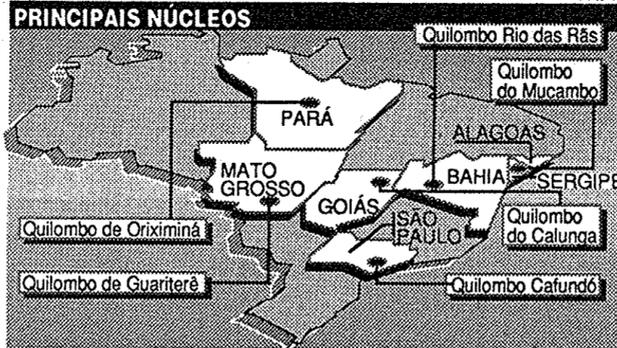
porto de Belém ou da cidade de Turiaçu, no Maranhão, acabaram se fixando no meio da selva. Ali vivem dezenove comunidades remanescentes de quilombos, num total de 6 mil pessoas, que sobrevivem da agricultura de subsistência, caça, pesca e extrativismo.

Na Bahia, 300 famílias da comunidade de Rio das Rãs, perto de Bom Jesus da Lapa, enfrentam a ação de um grileiro de terras e depois de muita briga, conseguiram uma liminar da Justiça que lhes garantiu a posse da terra. Já em Sergipe, as 100 famílias de negros remanescentes do quilombo de Mucambo estão em litígio com fazendeiros da região. "Foram arrojando, colocando o gado nas nossas terras e agora a gente tem medo dos capangas que ameaçam atirar na gente", contou João Rodrigues Couto, que vive no antigo quilombo, perto de Porto da Folha.

Em Goiás, os Calungas, espalhados numa área que abrange os municípios de Calvanti, Monte Alegre e Terezinha de Goiás enfrentam a pressão de Furnas que, para encher o lago da Hidrelétrica de Serra da Mesa, irá inundar 50% das terras onde a população negra planta roças. Na última reunião com Furnas, a comunidade não aceitou a proposta de trocar a área a ser alagada por uma outra. (E.L.)

Constituição garante posse

□ O Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição estabelece que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos". A ideia de regularizar as terras ocupadas por descendentes de escravos em áreas rurais ganhou força com a consolidação do movimento negro na década de 80. Mesmo reconhecendo o grande avanço obtido com o reconhecimento das terras de antigos quilombos, o movimento negro, liderado na Constituinte pela deputada Benedita da Silva, queria garantir outros direitos para os negros. Mas não conseguiu aprovar a ajuda compensatória, em que o Estado brasileiro reconheceria que não há uma democracia racial no país e estabelecerá uma forma de compensar as populações negras.



Descendentes de escravos resistem no Cafundó

■ 17 famílias lutam para legalizar as terras do quilombo

JOSÉ MARIA MAYRINK

SALTO DE PIRAPORA, SP — Se as 17 famílias descendentes de escravos que ainda resistem no Cafundó, uma comunidade negra perdida na zona rural de Salto de Pirapora, a 130 quilômetros da capital, conseguirem legalizar suas terras, isso será uma surpresa para Benedita Pires Pedroso, a Tia Dita. Aos 112 anos, com a vista cansada e a audição quase perdida, a mulher mais velha da aldeia resmungava de descrença e resignação, quando ouviu falar que um artigo da Constituição garante a propriedade definitiva das áreas aos remanescentes dos quilombos.

"Ahn, ahn! Essa luta não tem fim, é feito correção de formiga, que vai e volta", desconfia Tia Dita, indiferente ao entusiasmo dos moradores que confiam na aplicação da lei e na ajuda do governo. "Até os mais fortes já morreram de fome ou de sede nessa droga que não acaba mais", adverte a matriarca, lembrando o sobrinho Benedito, que morreu assassinado ali bem perto, nas serras do Caxambu, tentando defender seus direitos. Na demanda pela recuperação dos 90 hectares que os grileiros foram ocupando até deixar os 18 hectares onde vive agora, a comunidade conta com o testemunho de Tia Dita

para provar que essa terra foi sempre dos negros.

Quilombo? Se esse nome significa refúgio de escravo fugido, a herança não se enquadra no Artigo 68 das Disposições Transitórias. "Os pretos do Cafundó receberam esse pedaço de terra do *sinhô* quando veio a liberdade", informa Benedita Pires Pedroso. Essa é uma informação de ouvir falar, diz a mulher, lembrando que tinha só seis anos, quando a Princesa Isabel assinou a abolição, em 1888. Na verdade, dizem os historiadores, a doação foi feita bem antes, em 1866, quando um fazendeiro da região libertou seus 15 escravos e lhes entregou os 90 hectares com a condição de continuarem cultivando a área. Não se sabe com certeza quem foi esse doador.

Comunidade — Entretanto, quilombo é também sinônimo de organização comunitária que os escravos e seus descendentes criaram, no século passado, para viver longe dos brancos. Um lugar isolado e de casinhas pobres, como ainda hoje é o Cafundó. "Não importa como os negros ocuparam a área, se for possível comprovar a ligação deles com a terra", adverte o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, professor da Unicamp e presidente da Associação Latino-Americana de Antropologia.

Mais relevante do que discutir se o Cafundó era um quilombo ou uma fazenda herdada pelos escravos é observar como a comunida-



Tia Dita, 112 anos, descrença e resignação: "Uma luta sem fim"

PEQUENO DICIONÁRIO DA ALDEIA

Ambara - cidade	Muchinga - nariz
Anguta - mulher	Nangá - roupa
Arambongue - dinheiro	Nangá do palulé - sapato
Bicuanga - pão	Nangá do viçó - óculos
Cafonbe - branco	Pepa - farinha, pó
Cambererá - carne	Pungo - milho
Chicongo - chapéu	Quinanba - perna
Cume godema - relógio	Tatá - homem
Engombe - boi, cavalo	Tatá do tuim - policial
Godema - braço	Ture - terra
Ique - açúcar, doce	Variá - comida
Mafingue - sangue	Vava - água
Masango - arroz	

de negra viveu na área ao longo de todos esses anos. "Pesquisador, por exemplo, onde os moradores sepultaram os seus mortos", diz o antropólogo. Maria Aparecida Rosa de Aguiar, a Cida, e seu irmão Adauto, dois líderes da comunidade, dão uma informação importante para quem quiser analisar o Cafundó com esse critério. "Vó Efigênia, que morreu com 104 anos, está enterrada ali, entre aqueles pés de laranja", informam, apontando para o pomar. Descendentes dos Rosa, uma das famílias remanescentes dos escravos, eles e outros parentes fazem questão de preservar a cultura da comunidade.

Maior — Cida e seus irmãos aceitam a ajuda dos que tentam organizar a comunidade, mas revoltam-se com certas imposições. "Não entendo, por exemplo, por que querem proibir a gente de fazer festa em maio, que é o mês da Abolição e da Santa Cruz", estranha a mulher, referindo-se às pressões dos movimentos que preferem comemorar o Dia da Consciência Negra em novembro. Semi-analfabetos, os moradores do Cafundó participam de reuniões e assembleias convocadas para fundar associações e cooperativas, mas encaram com desconfiança os líderes que não moram na aldeia.

A mistura de banto que os negros falam no Cafundó não chega a ser língua nem dialeto. "É uma fala local, a *cucópia* que eles in-

ventaram para preservar a identidade", afirma o professor e linguista Sílvio Vieira de Andrade Filho, autor de uma tese de doutorado sobre o vocabulário da comunidade (*O léxico africano do Cafundó*), que ele defendeu no ano passado na Universidade de São Paulo.

Artifícios — O vocabulário, segundo o pesquisador, tem cerca de 160 palavras, na maioria nomes, aos quais se somam mais 13 verbos e dois advérbios para formar as frases. Como é muito pobre, os negros recorrem a artifícios para se comunicar. "Morcego", por exemplo, se traduz por "*sângi do tec que vareia mafingue*", ou seja "ave da noite que chupa sangue". Segundo Andrade Filho, as palavras usadas na fala do Cafundó são resíduos de uma língua geral que os negros criaram no Brasil misturando termos de várias regiões da África, para escapar ao controle dos senhores. A língua geral morreu.

Os negros, que até 20 anos atrás viviam em choupanas de sapé e pau-a-pique construídas em volta de uma capela, ocupam agora 14 precárias casas de alvenaria. Criam galinhas e cultivam um pomar, mas não dispõem de área suficiente para plantar arroz, feijão, mandioca e milho — a cultura de seus antepassados. "O fazendeiro que tomou nossa terra soltou o gado na roça que a gente vinha formando no lote", informa Cida. A aldeia foi tombada no papel — em 90.